

## **Preso a quadrilha que fraudou o estado (DCI)**

**Jornalista:** Indefinido

02/09/2008 - Uma operação desencadeada pela Polícia Civil ontem pôs fim a um esquema de fraude de R\$ 63 milhões que contava com a participação de três laboratórios farmacêuticos, a Associação dos Portadores de Vitiligo e Psoríase do Estado de São Paulo (uma organização não-governamental), um médico, dois advogados, três representantes comerciais, um gerente regional de laboratório e dois diretores da ONG. A quadrilha usava doentes de psoríase, uma doença auto-imune, para ingressar com ações judiciais que obrigavam o governo estadual a comprar medicamentos fora do protocolo indicado pelo Ministério da Saúde e fornecê-los gratuitamente. A ONG selecionava pacientes. O médico produzia laudos que justificassem tratamentos com medicamentos de alto custo. Os advogados ingressavam com ações judiciais que obrigavam o estado a comprar os medicamentos, sempre dos mesmos laboratórios. Todos, inclusive os representantes comerciais, dividiam os lucros decorrentes do aumento das vendas dos laboratórios. Os pacientes e o Estado de São Paulo são vítimas dessa fraude. "Aí é que está a indústria: como a margem do laboratório é grande e o tratamento é caro, o laboratório pagava propina. Então entra médico, advogado e a ONG dos doentes", observou o governador, José Serra. Com o montante desviado, São Paulo garantiria a distribuição de remédios do programa Dose Certa durante cinco anos na cidade de São Paulo. O valor representa mais que três vezes a verba aplicada pelo governo estadual na construção do Hospital Regional de Ribeirão Preto. A unidade, com capacidade para atender à população de 26 cidades, recebeu investimento que ultrapassou a casa dos R\$ 17,3 milhões. A operação, batizada de Garra-Rufa, começou na madrugada de ontem, com a prisão de nove pessoas. O bando foi detido na região de Marília por 50 policiais, dos quais 12 são delegados. A equipe também cumpriu 12 mandados de busca e apreensão em três cidades do interior do estado. As investigações começaram há nove meses, depois de um delegado ser incorporado para atuar junto ao gabinete do secretário da Saúde. Ao analisar documentos relativos a ações judiciais para compra de medicamentos, o delegado Alexandre Zakir identificou indícios de fraude na cidade de Quatá, na região de Marília. Em 2007, a Secretaria da Saúde gastou R\$ 400 milhões com o cumprimento de ações judiciais para atender cerca de 30 mil pacientes.